

Pretos carvoeiros, quilombolas, tapuios e outros etnônimos: singularidades da luta de comunidades tradicionais na Amazônia*

João Siqueira (Incra)

Palavras-chave: comunidades tradicionais; território quilombola; Amazônia

* Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

Este trabalho tem por objetivo apresentar um cenário da produção de significados presentes em manifestações da etnicidade, associadas com processos organizativos e reivindicatórios, nos quais a constante interconexão entre processos diversos e atores representa uma miríade de agentes com potencial influência nos rumos da ação dirigida. Nosso enfoque visa o esclarecimento de uma situação etnográfica relacionada com constituição identitária no contexto amazônico. No caso abordado, a história relativa à formação dos grupos¹ se entrelaça com processos variados e, subsequentemente, emerge articulada à reivindicação de área de ocupação tradicional e de garantias concretas para acesso e manutenção de recursos indispensáveis à sustentabilidade do agrupamento.

Destaca-se que no processo de constituição do grupo, denominado *pretos carvoeiros*, um léxico potencialmente comunicativo com base em ressignificações êmicas de topônimos, de marcadores culturais e de referência histórica passou a ser utilizado para efeito de singularidade e distinção dos atores envolvidos. O arranjo e uso de um repertório de potencial significado sociocultural por esses povos não tem por finalidade apenas reivindicar direitos, mas também construir e/ou pactuar em torno de projetos que garantam acesso e preservação de recursos da biodiversidade indispensáveis à reprodução física, social, econômica e de representação da coletividade.

Diversos estudos que abordam a questão da sociodiversidade e sua dinâmica no contexto fundiário da Amazônia mostram, sobretudo, que os *corpos d'água* e a questão *terra*, muito além da sua valoração alcançada em cálculo comercial dos grandes proprietários e investidores, constituem fontes vitais para toda a base da produção alimentar e reprodução da vida nesse bioma. No entanto, boa parte desses trabalhos apontam também que áreas situadas próximas de grandes empreendimentos, dos perímetros definidos como de expansão urbana e das fronteiras de expansão agrícola figuram entre aquelas preferenciais do interesse econômico-especulativo, onde povos e comunidades tradicionais se tornam vítimas da despossessão dos recursos ambientais (Loureiro & Pinto, 2005; IPAM, 2006; Acserald, 2010). Nesse contexto, tais áreas tornam-se irremediavelmente objeto de forte disputa entre as forças produtivas e reprodutivas do capital. E sendo o seu controle também fonte de poder e influência sobre as decisões políticas de gestão territorial, a apropriação da terra por meio de dispositivos legais e/ou meios extralegais transformam-se não apenas em meta assaz perseguida por seus empreendedores, mas também em luta tenaz cujo resultado tende a ter

¹ No sentido sinalizado por Bruno Latour (cf. Latour, 2012: p.54 ss.).

caráter decisório sobre a vida daqueles atores com menor poder de mobilização de influência e/ou recurso.

Se por um lado evidencia-se que o acesso aos recursos naturais existentes nessas áreas são indispensáveis à continuidade de muitos modos de vida (humanos e não-humanos), e não menos importante, são também partes indissociáveis da identidade coletiva dos grupos, por outro lado, constata-se que em tal cenário os envolvidos em irregularidades fundiárias e também ambientais são em geral agentes com posição de influência e poder, inclusive, de poder público. É no plano da relação entre a dinâmica dos usos territoriais e os obstáculos que impedem a efetiva aplicação da política de ordenamento fundiário relativa às comunidades tradicionais que se inscreve a situação etnográfica aqui abordada.

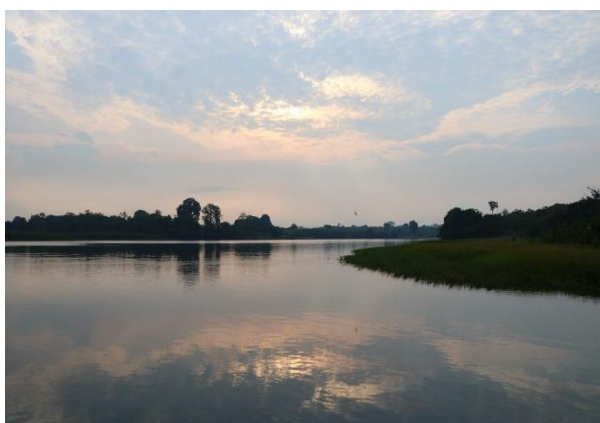


Figura 1: Vista do Lago de Serpa



Figura 2: Vista frontal da comunidade

A comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, distante 8 km da sede do município de Itacoatiara, no Amazonas, constitui-se de mais de noventa famílias que vivem em vários núcleos residenciais e nas faixas de ocupação às margens do lago de mesmo nome. Sobre o grupo e sua trajetória, cuja formação começou há mais de um século, salienta-se que a organização da comunidade apoia-se na historicidade das famílias de ocupação pioneira, e se estabelece a partir de três eixos centrais que sintetizam o repertório das práticas culturais, laborais e de ação política de seus moradores. Todos esses eixos possuem pontos de interconexão entre si oriundos dos diversos planos que permeia a concepção e entendimento da noção de *comunidade* adotada por seus moradores. Desse modo, é fundamental que tais eixos não sejam vistos como apartados, constando aqui somente para efeito de indicação e análise.

Contextos situacionais e formação dos grupos: deslocamentos, migração, interação, habitat

O encontro ocorrido precisamente nesse local, a partir de processos diversos de deslocamentos de famílias de áreas vizinhas e também de lugares longínquos, permitiu a singularidade do fenômeno em exame. Grupos que emigraram do Nordeste brasileiro ao interagirem com diferentes grupos locais desenvolveram dispositivos de interdependência efetiva que, articulados com emergências de processos de ocupação, exploração econômica e apropriação fundiária incidentes nessa microrregião do Amazonas, concorreram paulatinamente para produzir a especificidade da formação social que se pode observar na atualidade.

Todos os relatos e as histórias de vida reportados por moradores antigos² a que tivemos acesso convergem para uma configuração do Lago de Serpa como lugar de muita fartura, de convivência amistosa e, em geral, também muito festiva. Entretanto, no cerne dessa idílica vida comunitária também está presente a narrativa da dura vida precoce de seus habitantes com atividades da roça, sobretudo, a produção de carvão e, de uns tempos pra cá, a luta para garantir a sustentabilidade do habitat. Vale salientar que, por escolha metodológica, as histórias e relatos de eventos singulares reportados pelos moradores foram organizados de modo a alcançar uma memória sobre o que existia ou o que havia acontecido em épocas muitas vezes demasiadamente pretéritas, das quais muito pouco ou nada foi encontrado em termos de registro.

Assim sendo, estabelecemos algumas referências de acontecimentos para busca de informações da situação do grupo entre as décadas de 1940 e 1960. Essa busca nos permitiu entrever primeiro que, além do reduzido número de famílias assentadas na área ao longo dessas décadas, também eram praticamente inexistentes tensões geradas em torno do uso da terra e/ou dos recursos naturais disponíveis. Em segundo lugar, pode-se considerar que o efeito da pressão antrópica, naqueles tempos, possivelmente ocorria sobre uma única espécie vegetal, a saber, as madeiras utilizadas para produção de lenha e carvão. Essa atividade central, que desde o princípio sustentou economicamente os moradores do Lago de Serpa, também lhes conferiu um marcador de diferença cultural de notada força estigmatizadora, ou seja, a classificação de “pretos carvoeiros”.

²A média de idade desses entrevistados, com base no momento das entrevistas, gira em torno de 70 anos e eles foram abordados em diferentes momentos do trabalho de campo. Todos nasceram e/ou cresceram no Lago de Serpa. Atualmente, parte deles já não mora na comunidade e alguns já faleceram.

É importante destacar que embora haja variação de cenários nos quais os relatos são enredados – notadamente relativo aos diferentes contextos que representam – seus conteúdos, no entanto, estão prenhes de indicações recorrentes, que evidenciam pouca ou nenhuma alteração profunda nas relações sociais e produtivas dessas famílias ao longo das décadas prospectadas. A regularidade e singularidade dessas relações específicas estabelecidas no âmbito da convivência no Lago de Serpa podem ser apreendidas tomando-se para análise alguns trechos das histórias de vida de seus moradores.

“Ele [Antônio Sabino] era casado com uma tia minha, irmã do papai. Ela era uma mulherona branca, bonita, tinha um cabelão. Mas eles eram uma família, é preciso falar a verdade, eles eram uma família que não era de viver bem em união, sabe? Quando a titia estava na sala ele estava na cozinha, quando ela vinha pra cozinha ele ia pra sala, não se uniam, era assim sabe. Depois ela morreu ele ficou. Ele era um velho baixo e moreno, que é avô desses daí [referindo-se aos descendentes]. Ele era assim do corpo do Henrique, era um homão, mais era baixo, entroncado. Aí contavam que quando ele ia andando no caminho, e ele não queria que vissem ele, ele se transformava ou em toco ou num cupim [cupinzeiro ou ninho de cupim], em qualquer coisa. Era que contavam pra mim. A esposa dele era minha tia Beliza. Ela era branca, era filha de cearense e esse pessoal lá não são como nós, né, eles são de cor limpa, né? Todos os filhos que eles tiveram só puxaram pro lado dele, tudo moreno” – **Maria Joana Felipe, 77 anos, Comunidade Lago de Serpa** (entrevistada por Maria Ronizia Gonçalves, em 14/11/15, grifos meus).

“Conheci o avô desses Sabinos todinhos. Chamava-se Antônio Sabino. Ele era alto, magro, bem moreninho, do cabelo bem agarrado. O pessoal dizia que ele se ingerava [capaz de transformar-se em coisa não-humana], eu não sei. [...]. Eu nunca vi, mas cansaram de me contar isso aí. Ele vendia muito carvão; naquela época o ramo deles era carvão. Quando eles chegaram pra cá foram eles que trouxeram a produção de carvão; foram os negros que trouxeram. Quando eu me entendi, ele já estava velho e eram os filhos que vendiam [carvão]. Não era mais ele, porque ele já estava de bem idade; eu não sei qual foi a idade que ele faleceu, mas ele já estava bem velhinho quando faleceu. Aí os filhos é que ficaram fazendo carvão. Então foi através dos filhos dele que o pessoal todo aqui foi trabalhar com carvão. Que aqui era quase todo o pessoal vendia carvão, quase todos. Eu vendi carvão uns 25 ou 30 anos.” – **Raimundo Gonçalves de Melo, 67 anos, Comunidade Lago de Serpa** (entrevistado por Maria Ronizia Gonçalves, em 14/11/15, grifos meus).

Os relatos acima pertencem a Maria Joana Felipe e Raimundo Gonçalves, este era conhecido na comunidade apenas como seu Henrique³. Maria Joana é a moradora de maior longevidade dessa amostra. Ela nasceu e, até o início desta pesquisa, vivia no Lago de Serpa. O trecho de sua história provavelmente refere-se a fatos ocorridos antes e durante a década de 1940. Sua história informa sobre a ocorrência de arranjos matrimoniais de caráter inter-racial e, ao mesmo tempo, descreve uma narrativa imaginária recorrente em contextos de interação na qual o indivíduo, sobretudo aquele de origem africana, frequentemente tem seu espectro físico relacionado a formas caricaturais seja de animais seja de coisas (tronco, tição, cupinzeiro). Ao que tudo indica, esse princípio associativo elaborado de maneira livre no âmbito da cognição quando justaposto ao imaginário popular parece funcionar também como gatilho criativo, que aciona intuitivamente por conversão uma relação mimética entre coisas e imagens.

Salienta-se que a ideia subjacente a esta breve observação é indicar perfunctoriamente um caminho razoável para pensar certas elaborações culturais que emergem em contextos de interação social. Talvez nossas análises antropológicas possam ser mais proíficas e consistentes quanto menos mistificador for seu propósito interpretativo. Prosseguindo com o exame dos relatos, nota-se que um conteúdo narrativo similar aparece na fala subsequente de Raimundo Gonçalves, que, além disso, reconhece a prática pioneira da família de Antônio Sabino na atividade laboral do carvão.

Consideramos a recuperação, localização e composição no tempo dessa memória organizadora de narrativas fundamental para a compreensão do processo de construção da identidade coletiva, que em larga medida baseia-se na produção e incorporação de sinais diacríticos, caracterizando e, simultaneamente, potencializando a emergência/manifestação do fenômeno étnico (cf. Siqueira, 2017). Além disso, vale notar que embora o casamento inter-racial ocorresse com regularidade – como ainda hoje ocorre – na situação do Lago de Serpa, as implicações e tensões que eventualmente derivam da relação interétnica ainda que sutis, em geral não passam despercebidas no campo das relações sociais, como bem ilustra o relato de Maria Joana. E esse aspecto corrobora também no sentido de explicitar circunstâncias e eventos relacionados com a incorporação compartilhada de atributos e marcadores de identidade étnico-cultural.

Quando nos debruçamos sobre o processo que caracteriza de maneira efetiva e permanente a ocupação do Lago de Serpa, nos deparamos com dados e muitos relatos –

³ Raimundo Gonçalves, o seu Henrique, faleceu no mês de maio do corrente vítima da Covid-19.

alguns prenhes de associações imagéticas – sobre os *pretos carvoeiros* que ocuparam suas margens desde o princípio do século XX. De maneira objetiva ou simplesmente indicativa, as alusões e/ou informações sobre comportamento e característica das famílias negras revelam desde práticas laborais específicas, passando pela estranheza dos vocábulos e do dialeto falado por estas famílias até o reconhecimento da sua habilidade notável para produzir e tocar vários instrumentos musicais.

Consta que um grupo de trabalhadores de origem africana⁴ foi mandado para esta região do Amazonas na segunda metade do século XIX, mais precisamente entre os anos de 1857 e 1858. Essa mão de obra, entendida no âmbito do governo imperial como essencial à exploração econômica e povoamento da região, no entanto, apresentava pelo menos uma questão que transcendia absolutamente o liame jurídico que convinha à regulação da força de trabalho da época. No caso da mão de obra constituída por população de origem africana – uma parte dela recrutada via apreensão do tráfico de escravos – esta era não só forçosamente deslocada para compor a força de trabalho em diferentes empreendimentos no interior do país, como ainda poderia permanecer em regime tecnicamente escravocrata. Essa situação era possibilitada tanto por conveniência do Estado – que a mantinha sob tutela – quanto pela indulgência do sistema jurídico com o tráfico de escravos.

Aqui temos certamente um campo aberto para, concomitantemente, recuperar e avançar na revisão crítica da historiografia que trata da ocupação e da presença da população africana na Amazônia já introduzidos por estudos pioneiros (cf. Pereira, 1949; Vergolino-Henry, 1990). De certo, a postura metodológica dos estudos regionais de pretensa força analítica consagrou uma visão hegemônica sobre a “inexpressividade” da população de origem africana ao passo que evitou problematizar o modelo de historiografia brasileira focada nos ciclos econômicos predominantes. Como assinala Vergolino-Henry, essa perspectiva historiográfica não aprofunda sua análise sobre a variação nos diferentes empreendimentos agrários como as lavouras de arroz e de cana, e tampouco confere relevância às demandas por força de trabalho nas obras de fortificação militar, de urbanização e, neste caso específico, das companhias de navegação, transporte e comércio que operaram na região. Em termos prospectivos, se atentarmos para esse

⁴ De acordo com a legislação e documentos oficiais do Império, os negros enviados para trabalhar na Companhia Navegação e Comercio do Amazonas integravam a categoria de “escravos livres”, um eufemismo jurídico que visava escamotear o real status das vítimas do tráfico negreiro num contexto político-jurídico que supostamente proclamava sua libertação. De fato, o que se promoveu foi a escravização de africanos traficados (cf. Mamigonian, 2017).

cenário de deslocamento regular de mão de obra de origem africana no interior da região associada às condições de exploração e violência aos quais estavam submetidos os trabalhadores desse sistema em tal contexto histórico seguramente teremos grandes chances de compreender e analisar com maior êxito processos sociais diversos representados por fugas, aquilombamentos, mocambos, refúgio/presença de comunidades negra-mestiças em lagos e cabeceiras de rios.

Essa digressão ao período de desembarque dos africanos livres empregados na colônia de Serpa pretende chamar atenção para o entendimento da situação histórica com a qual se relaciona o processo de assentamento de famílias de origem africana no Lago de Serpa, possivelmente iniciada nas últimas décadas do século XIX. É possível que a desagregação do empreendimento de Navegação e Comércio no Amazonas do Barão de Mauá, em princípio da década de 1870, tenha aberto possibilidade para, de alguma maneira, esses trabalhadores experimentarem certa liberdade. Consta ainda que alguns desses africanos foram negociados e passaram a trabalhar em casas comerciais como a dos irmãos Ezagui, à época importante firma de importação e exportação de Itacoatiara. Abandonados e diante da dura realidade dos trabalhos perigosos e extenuantes nas obras de construção pública, supomos haver razoabilidade na sustentação de que outros africanos livres tenham buscado refúgio e liberdade junto às margens do Lago de Serpa.

Do ponto de vista dos apontamentos acerca da história dos negros desembarcados em Itacoatiara consta ainda os trabalhos do historiador Francisco Gomes da Silva, publicados a partir da segunda metade da década de 1990. Nesses trabalhos, Silva apresenta aspectos pontuais dos desdobramentos da apreensão do palhaborde em Sirinhaém/PE e do iate americano Mary E. Smith em São Mateus/ES – ambos à serviço do tráfico intercontinental de escravos – com a chegada do grupo de africanos “livres” que desembarcaram em Itacoatiara (Silva, 1997). Ressalta-se que alguns relatos de moradores e também não moradores do Lago colhidos durante nossa pesquisa referiram-se ao trabalho desse autor como sendo o primeiro a levantar a hipótese da existência de um quilombo no Lago de Serpa. De igual modo, importa frisar que os trabalhos desse autor inscrevem-se na tradição da historiografia regional, o que notadamente implica produção de análises apoiadas em inferências sobre acontecimentos cujas fontes muitas vezes se constituem de arquivos pessoais e/ou não localizados assim como de memórias e da própria visão de mundo do autor.

Relatos dos moradores de maior longevidade a que tivemos acesso indicam que seus antepassados conviveram com pessoas no Lago de Serpa que tinham a “pele preta,

preta mesmo e uma fala bastante dificultosa de entender” (Ernando Macedo, 72 anos). “Tinha aquele Manoel Antônio também que era preto mesmo, que era lá não sei de onde” (Maria Joana, 77 anos). O termo *tapuío* ou *tapuios*, enunciado que comumente designa a condição racial miscigenada do indivíduo, também aparece com regular frequência nos relatos. Importa ressaltar que o contexto histórico no qual se inscrevem as histórias sobre os antigos habitantes do Lago de Serpa se caracteriza pela interação de indivíduos de diferentes origens étnicas.

Nessa situação social há de fato registro da presença de indivíduos da etnia Mura, e os antepassados dos atuais moradores possivelmente também conviveram com indivíduos de outros grupos como os Parintintim, Munduruku e Sateré-Mawé. Nossa suposição baseia-se naturalmente nos circuitos de dispersão e deslocamentos que tais povos tiveram que realizar nessa microrregião em decorrência de processos conflituosos como contato com colonizadores, a emergência da Cabanagem e de guerras intertribais (cf. Moreira Neto, 1988; Hemming, 2009). Embora não tenhamos encontrado documentos que atestem esse fato, os indícios que encontramos a partir do cruzamento de memórias com eventos levantados na micro história do grupo nos permitem fazer tais inferências.

Expansão da fronteira econômica e seus efeitos

A partir da segunda metade da década de 1980 em diante, parte das terras situadas às margens do igarapé denominado Jamanã e do Lago de Serpa passou a ser cada vez mais requisitada pelos empreendimentos estimulados no âmbito da política econômica central. Em virtude de vários incentivos e da recusa fiscal por parte dos entes federativos, diversos empreendimentos foram atraídos e instalados no entorno do município. Destaca-se que algumas faixas de terras junto às margens dos referidos lago e igarapé constituíram-se ao longo do tempo em áreas de ocupação sucessiva por descendentes das famílias que ali chegaram ainda no princípio do século XX – algumas até antes desse período.

Durante a década de 1990, pretensos “proprietários”, empresários e até indivíduos influentes ligados a esfera do poder público investiram sistematicamente na apropriação de terras situadas dentro e no entorno da comunidade S. C. de Jesus do Lago de Serpa. Entretanto, é importante salientar que esse processo de pressão e apropriação de terrenos em área de uso da comunidade “já vem lá de trás”, como informam os moradores de longa data desta área.

De fato, a partir do final da década de 1960, as áreas situadas no entorno da sede do município tiveram sua paisagem sensivelmente impactada por diferentes formas de intervenção. A criação de um polo de desenvolvimento industrial e agropecuário na parte ocidental da Amazônia, estabelecido no Decreto-Lei nº 288, de 28/02/1967, tinha o propósito de impulsionar o desenvolvimento econômico para, nos termos da política do governo central, solucionar não apenas problemas econômicos e sociais dessa parte da região, mas fundamentalmente constituir-se em estratégia básica do Estado para a ocupação regional (cf. Becker, 2015:44). A política de urbanização como estratagem de ocupação regional, estabelecendo que primeiramente fosse urbanizada a região para que ela se tornasse um polo de atração à migração ao mesmo tempo em que também se estimulava sua população a realizar prospecções e adaptações necessárias à exploração de recursos, estava no bojo da própria criação da Sudam. Por meio de isenção da taxa de impostos e outros atrativos operacionais ao investimento de capital passou-se a estimular o comércio e a indústria em núcleos urbanos que, no limite, poderiam figurar como espécies de postos avançados na fronteira amazônica.

Concomitantemente, esta política valia-se também do “urbanismo rural” perseguida nas ações de colonização sob a responsabilidade do Incra (Becker, 2015: 45), com objetivo de atrair e oferecer aos migrantes condições análogas às suas regiões de origem e, por fim, reforçada pelo programa Poloamazônia. Como o próprio nome já indica, o Poloamazônia constituía-se num programa que investia em desenvolvimento urbano de maneira seletiva. Assim sendo, sua política de crescimento assentava-se na lógica da “polarização” e previa a forte utilização de subsídios e investimentos públicos, com vistas à atração e valorização de capitais privados então concentrados na região.

De acordo com relatos desses empreendedores pioneiros, a partir do final da década de 1960, no âmbito do programa desenvolvimentista aplicado à Amazônia, parte deles teria migrado de regiões como o sul e o sudeste para implantar empreendimentos agropecuários. Ao longo da estrada AM-010 e, principalmente, no entorno da sede do município, empreendimentos econômicos de modalidades distintas foram inicialmente instalados. Atraídos pelas concessões governamentais e pelas vantagens que percebiam na relação custo-benefício do investimento, especialmente quando sopesado o baixo preço pago pela terra, esses empreendedores de início geralmente miravam a pecuária como mote de seus empreendimentos.

Todavia, a atividade econômica que realmente despontaria nesse contexto seria da exploração madeireira. Entre as décadas de 1970 e 1980, Itacoatiara já ocupava a segunda posição entre as sedes de municípios com melhor infraestrutura urbana do estado. Tal posição de destaque logo atraiu novos e grandes investidores do setor madeireiro. A facilidade de exploração abundante de madeira, onde cerca de 90% da matéria prima provinha das florestas de várzea localizadas nas imediações do município somada à sua posição geográfica, considerada estratégica para exploração e escoamento da madeira pelo rio Amazonas e seus afluentes. Além disso, a administração do município disponibilizou para o setor um local próprio e exclusivo para armazenamento de madeira. O lago conhecido como Maquira logo foi alçado à condição de entreposto e principal repositório das toras de madeira bruta escoadas das florestas, que se situam nas proximidades das calhas dos principais rios de exploração.

Articulação e arranjos em torno do pacto socioambiental

As iniciativas em torno da articulação de atores interessados no processo organizacional já vinham sendo experimentadas há anos no Lago de Serpa. Consta que um membro da segunda geração da família Sabino certa vez teria empreendido esforços no sentido de fundar a figura político-administrativa do lugar, e assim teria passado um tempo sendo o principal representante da comunidade, ao que tudo indica de maneira informal. Moradores que alcançaram e lembram da iniciativa de Raimundo Sabino (filho de Antônio Sabino), tendem a apontá-lo como primeiro presidente da comunidade, embora não se tenha registro de ter havido aí qualquer formalização no sentido de criação e funcionamento de uma associação comunitária.

Pelo que depreendemos dos relatos, Raimundo Sabino pode também ter procurado organizar a comunidade para fins de viabilizar uma festa que ele realizava em homenagem a São Raimundo. Consta que um grande e movimentado evento festivo era realizado anualmente no final do mês de agosto no lugar onde morava Raimundo e seus familiares. É provável e muito seguro afirmar que para a realização de uma festa semelhante a que era promovida por Raimundo Sabino, que fazia com que “gente das redondezas e do outro lado do rio Amazonas viesse festejar com eles” (Belmiro de Castro, 77 anos), exige a observância de protocolo mínimo de segurança pública assim como certamente algum tipo de cadastro da localidade no calendário de eventos e festas do município. Para isso, presume-se naturalmente que a localidade pleiteante possua alguma organização mínima

para efeito de delegação de certas responsabilidades. Por tudo, é possível cogitar que tal iniciativa de organização de base tenha se dado ainda durante os anos da década de 1950.

A presença de longa data das festas de santos católicos, o engajamento dos moradores nas liturgias preparatórias desses eventos e a dimensão que eles assumem na vida comunitária provavelmente foram decisivos na criação formal de uma entidade organizacional. Consta que em 1968, por iniciativa de uma catequista chamada Jandira, os moradores se reuniram para discutir a criação da “comunidade”. Aqui importa necessariamente chamar atenção para o entendimento de como a noção de comunidade no Brasil e, particularmente na Amazônia, pode apresentar variação em termos analíticos (cf. O’Dwyer, 2003; Almeida, 2006; Siqueira, 2017). Na situação do Lago de Serpa, o ato de “fazer a comunidade” obviamente não se refere à criação e delimitação do espaço físico em termos do assentamento, mas sim a formalização de uma instância operativa e representativa para atender demandas de caráter administrativo e/ou organizacional.

Em termos efetivo, a organização da comunidade surge inicialmente da necessidade paroquial de planejar e executar suas atividades pastorais. De acordo com um boletim informativo sobre a história da comunidade, nota-se que as pessoas que inicialmente presidiram esta associação não descendiam das famílias tradicionais. Consta-se também que antes de se tornarem representantes, os moradores oriundos das famílias quilombolas e aspirantes a presidente da associação fizeram treinamento (provavelmente sobre comunidades eclesiais de base) no âmbito da Paróquia de Itacoatiara. É dessa trajetória de organização comunitária que deriva a associação denominada pelos moradores de Social. No entanto, diferentemente do contexto em que foi constituída, atualmente essa associação participa mais das atividades de assistência da Prefeitura destinadas às comunidades rurais do que às atividades eclesiais ou de efetiva organização sociopolítica da comunidade S.C. de Jesus do Lago de Serpa.

A pressão que a área de uso da comunidade passou a sofrer no final da década de 1980 contribuiu para a emergência de outros atores e outros arranjos de base organizacional. Nesse contexto, a pressão sobre a terra logo revelou seu corolário de força igualmente ameaçadora à continuidade dos demais elementos que possibilitam a configuração do agrupamento. A sensível redução nos estoques de recursos indispensáveis à sobrevivência dos moradores como o pescado, espécimes da fauna e da flora como frutos, sementes, óleos e resinas coletados da floresta assim como a queda na qualidade da água disponível para consumo trouxeram uma nova preocupação para o grupo. Esse cenário já bastante ameaçador passou a exigir dos moradores novos arranjos

em termos de organização e também de articulação com outros segmentos da macroestrutura.

A partir de meados da década de 1990, a participação de alguns moradores em encontros realizados por instituições e entidades que estruturalmente atuam de maneira mais alargada com os temas de interesse do grupo teria cristalizado o caminho trilhado na atualidade pela comunidade. Por um lado, a problemática que era abordada nesses encontros coadunava-se profundamente com a realidade dos moradores do Lago de Serpa. Por outro lado, a participação de moradores com performance de maior engajamento em movimentos sociais e processos organizativos teria contribuído para estimular o debate e a mobilização dentro do grupo.

“A partir de 1995, a participação da CPT junto à comunidade gerou uma preocupação não só com a questão da terra, mas também com um movimento que tinha naquela época de preservação dos lagos, dos rios. Tinha a experiência de preservar o lago do Canaçari. Outra experiência assim foi feita no rio Arari. Então, essas experiências foram nos enriquecendo e fazendo tomarmos outros rumos. Além da terra, tem a questão água, a questão peixe, né? Naquela época buscamos uma aproximação com o Ibama, que na época, nas comunidades, o Ibama era visto como um órgão mais opressor até do que a polícia. Quando se falava em Ibama, o pessoal corria de qualquer aproximação. Aí a gente teve essa aproximação com o Ibama de Itacoatiara. Um trabalho feito entre a CPT e o Ibama. A pastoral queria fazer parte da ação de preservação dos lagos, organizar as comunidades, dar as coordenadas de como devia ser, né?” - *Normando Vieira, 55 anos, Lago de Serpa, em 16/09/19 (grifos meus)*

Note pelo depoimento acima que se tentou engendrar um movimento de construção de relações externas com vistas ao cuidado e conservação do meio ambiente. Esse movimento pressupunha, ou pelo menos tinha entre seus objetivos, um ajuste de base organizacional da própria comunidade. Notadamente, o movimento em torno de questões ambientais relevantes buscava também operar mudanças no âmbito das atividades de sustentação econômica das famílias no Lago de Serpa. E embora esse ajuste contasse com apoio institucional e de moradores proativos e efetivamente engajados na causa, a alteração central que se pretendia operar no bojo das atividades laborais representava também mudança radical nos arranjos sociais que os próprios moradores haviam estabelecido ao longo de muitas décadas⁵. Além disso, pesava também o fato de uma das

⁵ Visava a substituição da atividade de produção de carvão por atividades de base econômica menos deletéria ao meio ambiente e aos moradores.

instituições à frente do movimento ser o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA. Importa salientar que especialmente entre as comunidades tradicionais e rurais da Amazônia⁶ a controversa atuação deste órgão em vários casos concretos justificou os questionamentos e receios de aproximação entre as partes. Essa postura autoritária e por vezes veladamente cultuada na ambiência institucional costumava gerar não apenas fortes críticas ao órgão, mas também denúncias contra condutas entendidas como abusivas e/ou opressoras de seus fiscais. No caso do Lago de Serpa, a relação com o órgão não se deu de maneira diferente. O receio de qualquer aproximação com agentes do Ibama logo resultou numa resistência silenciosa, mas muito eficaz que consistia na evasão dos moradores de qualquer reunião de trabalho que contasse com participação de seus fiscais. A superação dessas dificuldades exigiria habilidade, tempo e, sobretudo, maturidade das novas lideranças que emergiam na época.

Não obstante, o processo de base organizacional do grupo persistiria naturalmente, porém, com prioridades que eram tocadas em modo e ritmo distintos. Ao que tudo indica, as atenções e preocupações dos moradores voltaram-se quase que exclusivamente para a preservação do lago e, mais precisamente, para a “questão peixes”. A partir de 1996, com base nessa mobilização interna e na articulação construída com apoio de agentes externos e de entidades parceiras, os moradores das comunidades situadas no entorno do Lago de Serpa conseguiram junto à Câmara e Prefeitura Municipal a aprovação de um instrumento jurídico primordial no sentido do uso e da preservação do Lago. A Lei nº 067, de 02/09/1996, transformou o Lago de Serpa em lago de subsistência para as comunidades localizadas em seu entorno.

Considerações finais

Pelo exposto, nota-se que a continuidade das relações socioambientais que sustentam os remanescentes das famílias que chegaram em fins do século XIX e início do século XX estava seriamente comprometida. As condições básicas de reprodução física, social e de sustentação econômica do grupo também se degradavam no mesmo ritmo que o avanço da despossessão das suas terras. Este processo vinha sendo levado a cabo em larga medida por proprietários que nas últimas décadas tinham se apropriado delas.

⁶ Refiro-me particularmente às situações reveladas por diversos estudos etnográficos acerca de comunidades tradicionais incidentes sobre áreas de Estações Ecológicas, Rebios e Unidades de Conservação Integral.

A partir do ano de 2005, a questão envolvendo a vulnerabilidade social da comunidade contou com mais um importante aliado em termos de sua visibilidade. Consta que a apresentação de uma monografia de Trabalho de Conclusão de Curso, produzida por Célia Regina Barros Macedo, nascida na comunidade e então aluna do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, citando obstáculos relacionados com sua formação diante da precária situação de infraestrutura que ela enfrentava em sua comunidade de origem. O estabelecimento, nos anos seguintes, de vários canais de diálogos envolvendo atores diversos no debate da questão fundiária e também ambiental da área do Lago de Serpa possibilitou, a partir de 2012, a discussão em torno da autoatribuição de remanescentes de comunidade de quilombo, oficialmente reconhecida dois anos depois.

A problemática fundiária na situação do Lago de Serpa pode assumir delineamento mais claro quando confrontada aos eventos que remontam ao início das tensões e conflitos por terra. Nota-se nesse caso algumas revelações importantes que emergem dos relatos e demais pronunciamentos dos moradores sobre o assunto: i) os chamados “titulozões”⁷ em áreas até então ocupadas pelos moradores se tornaram mais comuns nas últimas duas décadas; ii) a disputa e conflitos são mais recentes, mas isso “já vem lá de trás”; iii) alguns fazendeiros eram “maduro na área”, ou seja, tinham se instalado nas décadas passadas, o que na visão das lideranças da comunidade também explica a subsequente entrada de novos empreendedores/proprietários.

“Agora através deles vieram outros. Os ricos são como os pobres, também têm seus amigos. Aí começou a vir o Hilário pra ali, depois veio o Cabral, veio o Mário, que é outro empresário de Itacoatiara. No caso do Imanuel, ele já é maduro ali, ele já é velho ali.” – *Ernando Macedo, 72 anos, Lago de Serpa, em 10/11/19.*

O quadro mostrado no caso Lago de Serpa, portanto, evidencia a resistente e complexa luta protagonizadas por comunidades tradicionais da Amazônia contra táticas de “chantagens locacionais” e de processos de despossessão dos recursos ambientais (cf. Acserald, 2010) diretamente ligados aos mecanismos da acumulação de capital, caracterizados pelo sequenciamento entre grilagem de terras, exploração madeireira,

⁷ Esta expressão se refere aos títulos de grandes propriedades que começaram aparecer desde então com várias sobreposições de área, onde cada suposto proprietário alega ser o verdadeiro dono da área.

desmatamento, pecuária extensiva e monocultura de alta tecnologia. O quadro encena ainda a singular articulação entre formas modernas e globalizadas de produção e formas pretéritas de exploração do trabalho e produção econômica. Para além disso, observa-se que o princípio organizacional em contextos étnico e culturalmente heterogêneos articula-se às possibilidades reais de arranjos diversos dos atores protagonistas diante da conjuntura e/ou relação com instâncias do Estado. Nesse quadro, uma questão crucial parece ter desencadeado uma outra igualmente relevante e decisiva. A primeira questão crucial diz respeito à concepção de comunidade como ambiente compartilhado entre distintos sujeitos actantes (humano e não-humano; compreensão da não dissociação entre universo social e meio ambiente). A questão subsequente tem a ver com o reconhecimento da situação histórica que os forjou enquanto sujeitos de direitos e com o reforço da percepção em torno da relação inextricável entre o ecossistema lacustre e sua própria existência no tempo e espaço.

Referências

- ACSERALD, H. Estudos Avançados 24 (68), 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- BECKER, B. K. Amazônia. In As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol. 2 - Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- LATOUR, B. Reagregando o social. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, SP: Edusc, 2012.
- MAMIGONIAN, B. G. Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MOREIRA NETO, C.A. Índios da Amazônia: de maioria à minoria (1750-1850). Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- HEMMINING, J. Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2009.
- LOUREIRO, V. R. & PINTO, J. N.A. A questão fundiária na Amazônia. Estudos Avançados 19 (54), 2005.
- O'DWYER, E. C. Reserva Extrativista e Sistema de Aviamento na Amazônia: o caso da exploração madeireira no rio Juruá. Boletim Rede Amazônica, vol. 1, p. 73-82, 2003.
- PEREIRA, M.N. “A introdução do negro na Amazônia”. *Boletim Geográfico*, nº 77, 1949, pp.509-515.
- SILVA, F.G. Cronografia de Itacoatiara: vol. 1. Manaus: Papyrus, 1997.
- SIQUEIRA, J. Tambor dos pretos: processos sociais e diferenciação étnica no rio Jaú, Amazonas. Niterói: Eduff, 2017.
- A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira / Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. Brasília: MMA, 2006.
- VERGOLINO-HENRY, A. & FIGUEIREDO, A.N. A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma Notícia Histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.